



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0041.216445/2020-85

TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2020/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: *Contratação de empresa com experiência em gestão da inovação tecnológica, gestão de núcleos de inovação tecnológica, gestão de incubadoras de empresas de base tecnológica, gestão de núcleos de desenvolvimento e inovação ou equivalentes, para criar e fomentar o ecossistema local, potencializando a criação de novos negócios, dando origem a novas startups, fazendo formação empreendedora e facilitando a captação de recursos, por meio de seleção para administrar e coordenar juntamente com a Administração Pública as atividades da HUB.RO - INCUBADORA E ACELERADORA DE EMPRESAS doravante chamada HUB.RO, pelo período de 12 (doze) meses.*

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria nº 20/2021/SUPEL-CI, edição do dia 02 de fevereiro de 2021, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela **Associação Impact Hub Brasil**, inscrita no CNPJ sob o nº **18.702.797/0001-34**, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

I – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE RECURSAL

A **Associação Impact Hub Brasil**, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

II – DO RELATÓRIO

Trata-se o presente certame de Tomada de Preço para **Contratação de empresa com experiência em gestão da inovação tecnológica, gestão de núcleos de inovação tecnológica, gestão de incubadoras de empresas de base tecnológica, gestão de núcleos de desenvolvimento e inovação ou equivalentes, para criar e fomentar o ecossistema local, potencializando a criação de novos negócios, dando origem a novas startups, fazendo formação empreendedora e facilitando a captação de recursos, por meio de seleção para administrar e coordenar juntamente com a Administração Pública as atividades da HUB.RO - INCUBADORA E ACELERADORA DE EMPRESAS doravante chamada HUB.RO, pelo período de 12 (doze) meses.**

Esta Comissão Especial de Licitações – CEL, realizou a abertura da sessão no dia 10 de fevereiro de 2021, tendo o deslinde da 1ª sessão em 10 de fevereiro de 2021, ocasião na qual foi realizada a inabilitação da recorrente, conforme 1ª Ata – SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS INVÓLUCROS I, II, III, ABERTURA DO INVÓLUCRO I, ANÁLISE DE HABILITAÇÃO E SUSPENSÃO DA SESSÃO ID (0016151551) juntada aos apresents autos.

Desta feita, na ocasião da Sessão restou configurado o seguinte resultado:

A empresa SEMENTE CONSULTORIA EM NEGÓCIOS E FINANÇAS LTDA e a empresa NEO NEGÓCIOS CORPORATIVOS INOVADORES LTDA, a qual tiveram seus documentos de habilitação analisados e aceitos por esta Comissão, restando habilitadas.

No que se refere à ASSOCIAÇÃO IMPACT HUB BRASIL, restou inabilitada por não atender o item 8.1.3, “b” do Edital.

b) Apresentar a comprovação de aptidão da empresa de forma individual, para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do serviço, através de Atestado de Execução fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha especificadamente características compatível com objeto deste edital, limitados a parcela de maior relevância com 1 (um) serviço, e valor significativo no mínimo de 5% do valor estimativo.

Ato contínuo, oportunizou-se o prazo recursal aos interessados, ocasião na qual a empresa **ASSOCIAÇÃO IMPACT HUB BRASIL**, apresentou intenção de **Recurso Administrativo**, pugnando pela revisão do ato administrativo que ensejou sua inabilitação. Pelos motivos que serão apreciados no mérito do presente julgamento.

Considerando a interposição de recurso administrativo contra sua habilitação, a empresa SEMENTE CONSULTORIA EM NEGÓCIOS E FINANÇAS LTDA apresentou contrarrazão (0016470637), tempestivamente e conforme legislação correlata.

Dito isto. Passa-se ao julgamento do mérito.

É o relatório.

III – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versam sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Dito isso. Após criteriosa análise do Recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento das suas razões. Dos pontos discutidos:

III.1 – DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS EM DESACORDO COM O ITEM 8.1.3. “b” do Edital:

Alega a recorrente que possui aptidão e expertise diretamente relacionada ao escopo solicitado no edital, sobretudo com atuação junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. E que este optou por emitir Atestado de Capacidade Técnica sem os valores referente ao Termo de Parceria.

Sendo que como forma de demonstrar o atendimento ao disposto no edital encaminhou cópia do Termo de Colaboração (0016257255) firmando entre a recorrente e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Termo este o qual se refere ao Atestado de Capacidade Técnica (0016150665) (0016257106) apresentado pela licitante.

A recorrente informou ainda que o Termo firmado monta a um total de R\$ 8.01.0.92,32 (oito milhões dez mil noventa e dois reais e trinta e dois centavos), conforme pagina 08 do referido documento de parceria.

Ante a documentação apresentada pela recorrente, restou demonstrado que a mesma possui a qualificação técnica necessária para participar do certame, vejamos:

O valor estimado para a contratação é de R\$ 999.295,13 (novecentos e noventa e nove mil duzentos e noventa e cinco reais e treze centavos). Por sua vez o valor relativo ao Atestado emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo é de R\$ 8.01.0.92,32. Considerando que a exigência editalícia é de que as licitantes apresentassem Atestados que demonstrasse ao menos 5% (cinco por cento) do valor estimado. ($5\% * R\$ 999.295,13 = R\$ 49.964,76$).

Outra informação relevante diz respeito ao fato de que não houve inserção de novo Atestado de Capacidade Técnica (inserção de documento novo), mas tão somente a inserção de complemento a um atestado já presente nos autos.

Ante o exposto, e considerando a ampla aplicação do princípio do formalismo moderado no âmbito da Administração Pública, e ainda objetivando dar a maior competitividade possível ao certame, a Comissão Especial de Licitação aceita os argumentos apresentados pela recorrente, e **RECONSIDERA** o ato de inabilitação, julgando nessa oportunidade pela habilitação da **ASSOCIAÇÃO IMPACT HUB BRASIL**.

IV - DA DECISÃO:

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o Pregoeiro, consubstanciado pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE PROCEDENTE**.

Porto Velho (RO), 02 de março 2021.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Presidente CEL/SUPEL

Mat. 300137932

SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO

Membro CEL/SUPEL

Mat. 3000138120

JAIR DA SILVA FRANÇA

Membro CEL/SUPEL

Mat. 300118582



1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Jair da Silva Franca, Membro**, em 02/03/2021, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Membro**, em 02/03/2021, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0016503470** e o código CRC **AF093D43**.